

Paulo Giovani Antonino Nunes<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Com o golpe civil-militar de 1964, no Brasil, e a não resistência ao mesmo, vários setores de esquerda brasileira passaram questionar o posicionamento do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e sua proposta de revolução “democrático-burguesa” que teria levado à derrota e ao imobilismo no período posterior ao golpe. Influenciados pela experiência cubana e também pela chinesa, surgiram várias dissidências no Partido que passaram a defender a luta armada como projeto para enfrentar a ditadura e implantar o socialismo. Ridenti (2007:28) afirma:

A origem dos grupos que pegaram em armas após o golpe de 1964 pode ser localizada na crise de representação dos partidos e movimentos de esquerda mais atuantes antes do golpe: Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Ação Popular (AP), Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop), além de movimentos nacionalistas ligados a setores de esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Cerca de vinte grupos dissidentes que realizaram ações armadas surgiram dessas organizações – matrizes, que eram acusadas de não se preparar adequadamente para a revolução brasileira e de não ter sido capazes de resistir ao golpe de 1964.

Foi a partir destes partidos que surgiram as principais dissidências, que participaram da chamada luta armada.

expressão que, diga-se, traduz mal as discontinuidades e incertas iniciativas militares da esquerda brasileira de então, pois, nas cidades, tais incursões mas se assemelhavam a algum tipo de contrapropaganda, tendo o aspecto de crime comuns (assaltos a bancos e sequestros) e, no campo, ficaram marcadas pela inépcia e caráter absconso, nada obstante, infelizmente, terem causado a morte de muitas pessoas. (FICO, 2004:32)

Logo após o golpe, surgiu o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), liderado por Leonel Brizola, com ampla participação de militares de baixa patente afastados das Forças Armadas; da Polop, surgiram duas dissidências em 1967, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e os Comandos de Libertação Nacional (Colina); da Ação Popular (AP) surgiu o Partido Revolucionário dos Trabalhados (PRT), tempos depois a própria AP fundiu-se com o PC do B e, nessa condição

---

<sup>1</sup> Pós-doutor em História pela UFMG. Professor do Departamento de História da UFPB, Campus I, João Pessoa.

também participou de ações armadas<sup>2</sup>; do PCB, surgiu a Aliança Libertadora Nacional (ALN), Partido Comunista Revolucionário Brasileiro (PCBR) e, a partir das dissidências estudantis do Partido, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8); PC do B, surgiu o Partido Comunista Revolucionário (PCR) e Ala Vermelha, além de que o próprio PC do B também participou da luta armada, organizando a Guerrilha do Araguaia. No decorrer dos anos, outras organizações surgiram a partir destas dissidências ou de fusões entre elas.

Essas correntes de esquerda que aderiram à luta armada consideravam que as condições materiais para a revolução socialista estavam dadas e que era preciso construir as condições subjetivas. Segundo Ridenti (2007:30), elas:

Compartilhavam a interpretação que atribuía à economia brasileira um processo irreversível de estagnação sob a ditadura. O desenvolvimento das forças produtivas estaria bloqueado, dada a união indissolúvel entre os interesses dos imperialistas, dos latifundiários e da burguesia brasileira, garantidas pelas forças militares. Só um governo popular, ou mesmo socialista, possibilitaria a retomada do desenvolvimento. Como decorrência desse tipo de análise, estariam dadas as condições objetivas para a revolução, faltando apenas aquelas subjetivas, que seriam forjadas por uma vanguarda revolucionária decidida a agir de armas na mão, a qual criaria condições para deflagrar a guerrilha a partir do campo – local mais adequado para as atividades revolucionárias, por sofrer a fundo a espoliação e a miséria e por apresentar maiores dificuldades para os órgãos repressivos.

Durante a ditadura militar brasileira a primeira articulação guerrilheira foi liderada por Leonel Brizola, que criou o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e organizou a chamada “Guerrilha de Caparaó” -, desarticulada na fase de treinamento em abril de 1967, “o fracasso em Caparaó levou vários integrantes do MNR à prisão, gerou a mudança de linha de intervenção política de Leonel Brizola – que desistiu do projeto armado – e a perda do apoio de Cuba”. (RIDENTI, 2007:32)

Posteriormente, mas antes do Ato Institucional nº 5 (AI)<sup>3</sup>, as novas organizações de esquerda iniciaram as ações armadas, como relata Ridenti (2007:36-37):

---

<sup>2</sup> Em julho de 1966, um Comando autônomo desta organização, composto pelo militante Raimundo Machado e liderado pelo ex-padre Alípio Freire, explodiu por conta própria uma bomba no aeroporto do Recife, em atentado contra a vida do ministro da Guerra e já indicado pelo regime militar para próximo presidente da República Costa e Silva. Nesse atentado, houve mortes e feridos que não tinham relação com o objetivo do atentado. Depois disso a direção da AP dissolveu os comandos autônomos. (RIDENTI, 2007, p. 34)

<sup>3</sup> O Ato Institucional Nº 5 (AI-5) atribuiu uma série de poderes ao executivo, entre eles, o poder de fechar o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais; direitos de cassar os mandatos eleitorais de membros do poderes Legislativo e Executivo nos níveis federal/estadual e municipal; direito de suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos; suspensão da garantia de *habeas corpus* em todos os casos de crimes contra a Segurança Nacional e uma série de outras medidas arbitrárias.

As ações armadas em 1967 e 1968 envolveram “expropriações” de armas e de bancos, explosões de bombas, entre outras, ainda relativamente pouco numerosas e em geral secretas. Pois não interessava às organizações chamar a atenção da polícia para as suas atividades, então consideradas preparatórias para o que realmente importava: deflagrar a guerrilha no campo. Algumas ações de 1968 ficaram famosas, como: A “expropriação” do trem pagador da estrada de ferro Santos-Jundiaí, executada pelo agrupamento de Marighella em agosto; no mês anterior, o assassinato por engano de um soldado alemão, que militantes dos Colina acreditavam ser Gary Prado, responsável pela execução de Guevara na Bolívia; e ainda a bomba que o grupo que viria a denominar-se VPR explodiu em junho na porta do Quartel-General do II Exército em São Paulo e vitimou um soldado; [e] outras ações ousadas, como aquela que, em outubro, matou em São Paulo um suposto agente da CIA no Brasil, Charles Chandler.

Para Ridenti (2007:38), com o AI-5, “as organizações que já vinha realizando algumas ações armadas concluíram que estavam no rumo certo e intensificaram suas atividades em 1969. Outros grupos também passaram a não ver outro modo de combater a ditadura a não ser pela via das armas”.

Com o início das operações planejadas por setores da esquerda brasileira, em dezembro de 1968, a ditadura começou a aperfeiçoar seu aparelho repressivo. Além dos antigos Departamentos Estaduais de Ordem Política e Social (Deops), foram criados novos mecanismos mais violentos de repressão. Em julho de 1969, surgiu extraoficialmente a Operação Bandeirantes (Oban), organismo especializado no “combate à subversão” por todos os meios, sobretudo a tortura sistemática. A partir de vários indícios, como veremos, pode-se afirmar que a Oban era parcialmente financiada por setores nacionais e internacionais do empresariado paulista. Em setembro de 1970, a Oban integrou-se ao organismo oficial, recém-criado pelo Exército, conhecido como Doi-Codi (Departamento de Operações de Informação/Centro de Operação de Defesa Interna). Como a Marinha já tinha seu órgão de “inteligência” e repressão política, o Centro de Informação da Marinha (Cenimar), a Aeronáutica tinha o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa) e o Exército o Centro de Informações do Exército (CIE), “estava armado o aparelho que destruiria impiedosamente as esquerdas armadas”. (RIDENTI, 2007:39)

A Operação Bandeirantes (Oban) foi criada no primeiro dia de julho de 1969, com a presença do governador de São Paulo, Roberto Costa de Abreu Sodré, do secretário de Segurança Pública, Hely Lopes Meirelles, e dos comandantes do VI Distrito Naval e da 4ª Zona Aérea, e do general José Canavarro Pereira, comandante do II Exército, sediado em São Paulo. Ainda de acordo com o referido autor, o projeto de

implantação dessa operação não contava com a aprovação consensual dos oficiais-generais. O antigo comandante do II Exército, Manoel Rodrigues de Carvalho Lisboa, era contrário à ideia. Em abril de 1969, ele foi substituído pelo general José Canavarro Pereira. Afastado o “empecilho”, com pouco mais de dois meses, foi criada a Oban. Essa organização contava com o apoio oficial, mas não estava prevista nem normatizada por nenhum diploma legal da época. No entanto, teve uma importância muito grande para a consolidação do projeto de estruturação do sistema de segurança. Nas palavras de Fico (2001:118):

Foi a estrutura da OBAN que inspirou a criação do sistema CODI-DOI. Especula-se que, com a criação do DOI paulista, a OBAN teria perdido força. Parece mais lógico supor que, na verdade, ela teria perdido sua razão de ser, na medida em que foi incorporada pela estrutura oficial de repressão.

Com a montagem deste esquema de repressão a luta armada foi dizimada, com morte e prisão de vários de seus integrantes. Segundo Ridenti (2007, p. 39), a morte da principal liderança guerrilheira do país, Carlos Marighella, morto numa emboscada no dia 4 de novembro de 1969, “simbolizou o início dos grupos do fim dos grupos guerrilheiros, particularmente a ALN, afetada ainda pelas prisões sofridas no final de 1969”. A luta armada se encerra no final de 1973, com o aniquilamento da guerrilha do Araguaia, organizada pelo PC do B.

## 1. AS ESQUERDAS REVOLUCIONÁRIAS NO ESTADO NA PARAÍBA: OS CASOS DO PCBR E DA CHAMADA “GUERRILHA” DE CATOLÉ DO ROCHA

Um ano depois do golpe civil-militar, o Comitê Central do PCB realizou uma reunião, onde a corrente liderada por seu secretário-geral, Luís Carlos Prestes e pelo membro do Comitê Central Giocondo Dias, majoritária no Partido, afirma que a linha política adotada até então estava correta. Gorender (1987:88) relata:

A reunião tornou transparente a orientação que pretendia seguir a maioria, capitaneada por Prestes e Giocondo Dias. A linha do Quinto Congresso devia ser salva, sob alegação de que apenas fora mal aplicada. A causa da má aplicação teria sido o ‘desvio de esquerda’, expressão do jargão comunista que indica superestimação das próprias forças, avaliação exagerada das possibilidades objetivas, ações precipitadas, isolamento das massas, sectarismo e por aí afora. No caso do PCB, o ‘desvio de esquerda’ se caracterizou supostamente pelo golpismo, conhecido vício da política brasileira.

A partir dessa constatação alguns dirigentes passaram a ser acusados de “desvio de esquerda”, entre eles, os membros da Comissão de Educação do Partido, Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho e da direção sindical, Jover Teles. Mas de acordo com Gorender, “apesar de acusados de golpismo, nenhum dos indiciados tinha participação na alta política partidária, ao contrário de Prestes e Dias, diretamente envolvidos na manobra golpista de Jango” (GORENDER, 1987:89).

Com essas divergências surge nacionalmente uma oposição interna ao Comitê Central do PCB que recebeu o nome de *Corrente Revolucionária* -, e inicialmente procurava disputar o Partido por dentro. Com o aprofundamento dos conflitos, no ano de 1967, o Comitê Central afasta alguns membros dissidentes de cargos chave na direção do Partido. Afirma Gorender (1987:101):

Diante das punições e intervenções arbitrárias aplicadas pelo Comitê Central do PCB em setembro de 1967, articulou-se uma reunião nacional da Corrente Revolucionária em outubro. A reunião teve lugar em Niterói, com a presença de cerca de trinta companheiros. [...] Desta reunião saiu o núcleo de fundadores do PCBR.

Os dissidentes do Partido são definitivamente expulsos da legenda no VI Congresso, realizado em dezembro de 1967, “Pelos jornais da grande imprensa, tivemos conhecimento da realização do Congresso e da resolução que expulsava Carlos Marighella, Mário Alves, Manoel Jover Telles, Jacob Gorender, Joaquim Câmara Ferreira, Miguel Batista dos Santos e Apolônio de Carvalho. A resolução foi oficialmente publicada no n. 35 da *Voz Operária*, de janeiro de 1968” (GORENDER, 1987:92).

Posteriormente, no mês de abril de 1968, num sítio fluminense situado num lugar alto da Serra da Mantiqueira, foi fundado o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) – mais uma dissidência do PCB – com a presença de vinte cinco pessoas, entre ex-membro do Comitê Central do PCB e delegados de bases partidárias de vários Estados. Entre esses delegados de base, estava um representante da *Corrente Revolucionária* no estado da Paraíba, o estudante de Direito, Rômulo de Araújo Lima.

No estado da Paraíba, um grupo de jovens vinculados ao PCB<sup>4</sup>, liderados por Eduardo Ferreira Lima, conhecido como Batata, aderiu as teses da *Corrente*

---

<sup>4</sup> Além do próprio Eduardo Ferreira Lima, o grupo era composto pelos estudantes, Rômulo de Araújo Lima, Eraldo Fernandes dos Santos, Eric Jenner Rosas e José Emilson Ribeiro.



*Revolucionária*. Em abril de 1967, foi enviado como representante do Grupo, o estudante Rômulo de Araújo Lima, para participar como delegado de uma *Conferência Nacional da Corrente Revolucionária*, realizada no Rio de Janeiro, que viria a fundar o PCBR. Em depoimento no Cenimar, quando se encontrava preso na Ilha das Flôres, no Rio de Janeiro, Rômulo de Araújo Lima informou como se desenvolveu a referida reunião:

No que diz respeito aos trabalhos da Conferência Nacional da 'CORRENTE REVOLUCIONÁRIA', que tinha por objetivo debater assuntos de natureza política, visando a formação de um PARTIDO de esquerda e revolucionário propriamente dito, a mesma foi instalada, em uma norma pré-estabelecida e os trabalhos da mesma, giraram em torno de uma Ordem-do-Dia, constante de quatro pontos, a saber: primeiro – Leitura e Discussão do Documento 'SOBRE O PROGRAMA E TÁTICA', segundo – Discussão dos Estatutos; terceiro – Eleições para escolha de quadros-dirigentes – do PARTIDO a ser formado; e quarto – Resoluções. O centro dos debates da Conferência, foi o documento 'SOBRE PROGRAMA E TÁTICA', documento esse aliás, elaborado por MÁRIO ALVES DE SOUZA VIEIRA, sendo que por ocasião desses debates, verificou-se haver uma apreciável maioria, que acompanhava a Tese de MÁRIO ALVES DE SOUZA VIEIRA, contudo, somente MANOEL JOVER TELLES é quem mais procurava se opor a MÁRIO ALVES, tendo o mesmo, aliás, apresentado também – nessa Conferência, um outro documento, inclusive um Estatuto para a formação de um PARTIDO, em oposição ao Estatuto, que foi elaborado ainda pelo próprio MÁRIO ALVES, resultando no final das discussões, a aprovação do documento intitulado 'SOBRE PROGRAMA E TÁTICA', com pequenas modificações, o mesmo acontecendo para a aprovação dos Estatutos, elaborado por MÁRIO ALVES, rejeitando-se finalmente, os documentos apresentados por MANOEL JOVER TELLES. Nessas circunstâncias, o documento aprovado, foi transformado em RESOLUÇÃO POLÍTICA DA I CONFERÊNCIA NACIONAL do recém-formado PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO. Em seguida, foi feita a eleição para a escolha dos quadros-dirigentes de referido PARTIDO (IPM 862:11)..

Com a volta de Rômulo de Araújo Lima a João Pessoa, foi convocada uma reunião da *Corrente Revolucionária* nessa cidade, da qual participaram, além do próprio Rômulo, Eduardo Ferreira Lima, Eraldo Fernandes dos Santos e José Emilson Ribeiro, que ali relatou os fatos ocorridos na referida Conferência e em seguida se decidiu pela criação do PCBR na Paraíba.

Nessa oportunidade, ficou decidido que a partir daquela data, o antigo Grupo da 'CORRENTE REVOLUCIONÁRIA', passaria a desenvolver suas atividades político-partidárias, sob a designação de COMITÊ DE ZONA DE JOÃO PESSOA, em obediência aos Estatutos do novo PCBR. Assim, o CZ de João Pessoa passou a exercer suas atividades político-partidárias, procurando de princípio concentrar uma política, principalmente no meio estudantil e no seio da massa operária camponesa, com objetivo de poder recrutar novos adeptos e, conseqüentemente, ampliar a Organização e, como consequência dessas atividades, já havia algum tempo depois, perspectivas apreciáveis, para a formação de um Organismo no seio dos estudantes secundários e no setor operário camponês (IPM 862:13-14).



O PCBR teve uma certa inserção no movimento estudantil e universitário de João Pessoa. Porfírio (2013:2) informa:

No movimento secundarista na cidade de João Pessoa, foram constituídas organizações de base do PCBR no Roger e Liceu. Já no movimento estudantil universitário, apesar de não possuir uma organização de base consolidada, o partido tinha certo poder de intervenção, tendo participado do Congresso Regional da União Nacional dos Estudantes, realizado em setembro de 1968 na cidade de Salvador, Bahia, com a presença dos militantes: Rômulo Araújo, Eric Jenner Rosas, Eraldo Fernandes dos Santos.

O PCBR no estado da Paraíba, como a maioria das Organizações da esquerda revolucionária no Brasil, realizou “expropriações” para sua manutenção e para montar a estrutura da tão sonhada e nunca realizada guerrilha rural. Na Paraíba, as primeiras ações foram os “furtos” do mimeógrafo do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina, em João Pessoa e outro da Faculdade de Agronomia, na cidade de Areia. Noutra ação, militantes do PCBR levaram os cálices da Catedral de João Pessoa, imaginando que fossem de ouro, com o objetivo de vendê-los para obterem recursos. Depois constatou-se que os cálices não tinham valor comercial.

De acordo com Porfírio, em março de 1969, um dirigente regional do PCBR, veio do Recife a João Pessoa discutir documentos do partido. Na ocasião, colocou para os militantes do PCBR paraibano a necessidade de conseguir recursos, por meio de assaltos a bancos e empresas para manter a infraestrutura da organização e sobrevivência de seus militantes. Diante destes fatos, vários estudos foram feitos buscando definir que estabelecimentos seriam atacados. Depois de se avaliar várias possibilidades decidiu-se por um assalto à Companhia de Cigarros Souza Cruz.

A ação mais ousada dos militantes do PCBR foi o planejamento de um assalto a Companhia de Cigarros Souza Cruz. Participaram do plano Eduardo Ferreira Lima, Eraldo Fernandes, Emilson Ribeiro, Alberto Magno e Aduino Ferreira. As informações sobre o funcionamento interno da empresa e os horários que os funcionários do Banco da Lavoura de Minas Gerais recolhiam o dinheiro da empresa, foram fornecidas pelo militante Alberto Magno, que trabalhava na Souza Cruz.

Enquanto Magno anotava as movimentações internas, Aduino e Emilson fizeram, no final de abril de 1969, o reconhecimento da área externa da Companhia de Cigarros, conhecendo quais as melhores ruas para efetuar a fuga após o assalto e o horário de menor tráfego de automóveis (PORFÍRIO, 2013:4).

Para realizar a ação, através do dirigente Ronaldo Dutra Machado, buscou-se o apoio do PCBR de Pernambuco,

onde foi debatido todo o plano do assalto, o dia e horário marcado, ficando acertado que a direção regional do partido daquele estado contribuiria com a vinda de três militantes, fornecimento de armamento e carros para ajudar ao assalto a Souza Cruz.

Quando tratou da questão de quem ficaria com o dinheiro, a proposta de divisão entre o PCBR dos dois estados não foi aceita pelos pernambucanos. Eles queriam ficar com todo o produto do roubo e deixariam as armas, veículos e dinheiro para o pagamento do Aparelho para os militantes da Paraíba.

Não chegando a nenhuma conclusão, os militantes pernambucanos voltaram para Recife se comprometendo em fazer nova reunião para tentar um entendimento, o que não aconteceu (PORFÍRIO, 2013:5).

Diante das divergências com o PCBR de Pernambuco, os paraibanos resolveram agir por conta própria. Marcaram o assalto para o dia 3 de maio de 1969, um sábado, mas a ação terminou sendo abortada com relata Porfírio (2013:50):

Eduardo Ferreira conseguiu um Volks de cor vermelha e o estacionou ao lado do prédio do Tribunal de Justiça. Entregou as chaves a Aduino Trigueiro que buscava o carro, trocava as placas e o levaria ao Aparelho da Cidade dos Funcionários.

Logo que chegou, entraram no carro Eduardo Ferreira e Emilson Ribeiro, e foram pegar Eraldo Fernandes, que os esperava próximo ao Posto Fiscal. Nervosos, verificaram se todos estavam com suas armas e máscaras nos bolsos e, depois, colocaram os óculos escuros, luvas cirúrgicas e chapéus para não serem reconhecidos. Dirigiram o automóvel para o Centro de João Pessoa, estacionando-o próximo a empresa Souza Cruz por volta do meio-dia, que ficava na Praça João Pedro Gonçalves. Espantados, viram a presença de um caminhão sendo descarregado, em frente ao prédio da Souza Cruz, fato que não estava previsto no plano original. Estacionaram o carro próximo a Igreja de São Francisco para trocar ideia sobre o incidente. Depois de 10 minutos de discussão, voltaram ao local da Souza Cruz e não viram mais o caminhão, mas notaram que as portas da empresa estavam fechadas e os trabalhadores estavam indo embora. Diante disso, decidiram adiar o assalto e devolver o Volks ao seu proprietário.

Depois do fracasso da primeira tentativa, uma nova investida foi organizada, fracassando mais uma vez de forma pitoresca:

Era preciso, então, buscar um novo automóvel. Para isso, um grupo de militantes do PCBR, formado por Emilson Ribeiro, Eduardo Ferreira e Eraldo Fernandes, dirigiu-se à praia de Tambaú, local preferido dos casais de namorados “motorizados”. Escolheram um que estava estacionado no local com seus ocupantes praticando sexo, e anunciaram o assalto. Depois de retirar o casal do carro, pretendiam levá-lo para Campina Grande, onde ficaria escondido até o dia do assalto. Para infelicidade do grupo, o automóvel faltou gasolina e tiveram que abandoná-lo na área circunvizinha de Santa Rita. Quando retornaram com o combustível, o carro já não estava no local, porque a polícia havia localizado e recambiado para João Pessoa (PORFÍRIO, 2013:5).

O assalto à empresa Souza Cruz acabou sendo realizado pelo PCBR de Pernambuco, sem a participação dos paraibanos – que já estavam em processo de rompimento com o partido para ingressar na ALN. Os pernambucanos, aproveitando plano traçado pelos paraibanos levaram o dinheiro, enquanto os paraibanos ficaram com o ônus da repressão, pois após o assalto – mas sem relação direta com ele – aconteceu a queda de um aparelho da organização na Avenida Olinda no bairro de Tambaú, na



cidade de João de Pessoa, pertencente à família de um dos militantes do Partido, Marcos Guilherme de Miranda Batista, onde vários integrantes do PCBR foram presos e outros tiveram que fugir e cair na clandestinidade.

Outro movimento com características de “luta armada” desenvolveu-se na cidade de Catolé do Rocha, localizada no sertão da Paraíba a 330,19 quilômetros da capital João Pessoa. Nesta cidade, no início da segunda metade dos anos de 1960 surgiu um importante movimento estudantil secundarista, com base no Colégio Dom Vital. Logo suas principais lideranças passam a ter contato com o PCB, como nos relata um dos militantes, Ubiratan Cortez Costa (2013:392), conhecido como Bira:

através de um funcionário do Banco do Brasil, Pereirinha, se não me engano, um menino de Campina Grande, foi que fizemos um contato com o ‘partidão’ (PCB) de Campina Grande, senhor Costa. Colega e funcionário do Banco do Brasil, Pereira acompanhava nosso trabalho, ajudava também, falou para a gente que era simpatizante do PCB e que tinha uma forma de fazer um contato com o ‘partidão’. Levamos o assunto para a turma e todos mantiveram interesse em fazer um contato, não para se filiar.

O senhor Costa veio a Catolé, de ônibus, e tivemos um contato muito escondido, fora da cidade, no mato, na fazenda do senhor Pedro Costa. O Sr. Costa voltou, muitas vezes, a Catolé do Rocha e terminou instalando uma célula do PCB, com muitas filiações. Alguns estudantes se filiaram, outros não, porque era opcional, ninguém os obrigava a nada.

Posteriormente, algumas lideranças deste grupo, tais como Ariosvaldo Diniz e Ubiratan Costa, entre outros, que vieram cursar o hoje chamado ensino médio em João Pessoa fizeram contato com o PCBR, e mesmo sem serem orgânicos neste partido, resolvem aderir suas teses de luta armada. Outro militante do grupo, José de Lima Soares (2013:355), conhecido como “Intelectual” relata:

Em Catolé do Rocha, um grupo se formou a partir desse espírito de luta. Queríamos pôr fim à ditadura militar, fazer a revolução, transformar a sociedade e construir o socialismo. O grupo era bastante heterogêneo. Constituído, em sua grande maioria de jovens menores de 18 anos, sem nenhuma experiência política, ou com pouca formação política. O principal representante do grupo era Ariosvaldo da Silva Diniz, Ari, juntamente com Ubiratan, entre outros, começaram a organização da militância em torno da perspectiva revolucionária. Eles tinham a clareza de que a política reformista do velho partidão não serviria como instrumento da transformação social; por isso passaram a integrar o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Com o pretexto de realizar uma caçada este grupo de jovens sobe a Serra do Capim Açú, na cidade de Catolé do Rocha, para discutir política e fazer treinamento guerrilheiro, ficando dois dias no local.

No primeiro semestre de 1969 – em plena Semana Santa, ocorre a primeira subida à Serra. O número de participantes desta atividade política foi bem mais reduzido que a segunda, que iria ocorrer logo depois, no mês de Julho. [...] procuro citar apenas alguns nomes: o autor destas linhas (José Soares), Joaquim Almeida, José Cidalino

Almeida (“Dedê de Cidalino”), Ariosvaldo da Silva Diniz, Rogério Ribeiro, Gildásio Fausto Araújo, Luiz Gonzaga, o bancário, e ex-presidente do Centro Estudantil Catoleense Espedito Vieira Figueiredo (todos alunos ou ex-alunos do D. Vital), Amilton (da AP, Campina Grande), Washington Rocha (dirigente do PCBR), J. Pessoa), Geraldo Magela (de J. Pessoa, que não era militante) e Chico, um parente de Ari, que, salvo engano, residia em Brasília.

Na primeira subida à Serra do Capim Açú, o fato mais importante foi, sem dúvida, o de tomarmos contato diretamente com a área, o terreno íngreme e acidentado, além do debate sobre a conjuntura política, a tática e a estratégia da revolução brasileira. Washington foi o responsável pelo informe central e, em seguida, participamos da discussão (SOARES, 2013:356-57).

Após esta experiência, o grupo continuou sua militância política no município, dentro das possibilidades, numa cidade pequena do interior da Paraíba. Soares (2013: 357) conta:

Tentávamos levar uma vida normal, líamos um pouco, estudávamos, participávamos das festas, tomávamos contato com a literatura, os clássicos do marxismo, procurávamos entender a conjuntura, compreender o momento político, participávamos da vida cultural, fazíamos panfletagem e chegamos mesmo até a fazer um jornalzinho intitulado Luta Camponesa, que distribuimos no campo, fizemos contatos com os trabalhadores rurais. Lembro-me de que, em pleno dia de sábado, dia-de-feira, o mercado amanheceu totalmente tomado por pichações com palavras de ordem: “Abaixo a Ditadura”; “Abaixo o Imperialismo”; “Costa é pior do que bosta”; “Viva Che”; “Viva Cuba”; “Viva a Revolução”; “Viva o socialismo”.

No final de julho de 1969, o grupo já ampliado, com dezenove jovens<sup>5</sup> faz uma segunda subida à Serra do Capim Açú, onde ficaram uma semana. Desta vez, além das discussões teóricas, sobre práticas das organizações de esquerda, o grupo realizou treinamento militar de fato:

Passamos para a fase de treino de combates, armamos alvos para treinar pontaria, efetuamos disparos de refle 44, revólveres e espingardas de cartucho, tudo com moderação por economia de munição. [...]

Depois da teoria passamos aos treinamentos com as armas que tínhamos: 1 (um) refle papo-amarelo de 15 tiros, 2 (dois) revólveres calibre 38,1 (um) espingarda de cartucho-28,1 (uma) pistola LUGER sem balas e 1 (uma) espingarda soca-soca. Este nosso poderio militar arrancava risos (COSTA, 2013:398-99).

No dia 22 de outubro de 1969 todo os participantes da aventura de subida à Serra de Capim Açú foram presos.

---

<sup>5</sup> Num esforço de memória, um dos integrantes do grupo, José Leandro Soares, e outros companheiros, lembraram de parte dos nomes dos dezenove jovens que subiram à Serra do Capim Açú na segunda vez: ele próprio, os irmãos Costa: Ubiraci Cortez Costa, Irapuan Cortez Costa, Ubiratan Cortez Costa; Luiz Gonzaga da Silva (conhecido com Gegê, atual líder dos trabalhadores sem teto em São Paulo e irmão do cantor Chico César), Ariosvaldo da Silva Diniz, Gildásio Fausto Araújo, Rogério Ribeiro de Sá (Zeinha) e seu irmão Carlos Roberto Ribeiro, Santino Rocha, Noel Veras, Manoel Pedro e seu irmão José da Paz, Francisco Alves Dantas (Cacheado) e seu irmão, Flávio Alves Dantas, Ronaldo (de Jeová), João Salustiano Neto e Orivaldo Barreto.

## 2. PRISÃO E PUNIÇÕES DOS MILITANTES DO PCBR E DOS “GUERRILHEIROS” DE CATOLÉ DO ROCHA

Apesar das ações da esquerda revolucionária na Paraíba terem sido muito incipientes, às vezes lembrando filmes de comédia pastelão, as punições foram duras e resultaram em prisões, torturas e cumprimentos de longas penas.

Com a queda do aparelho do PCBR, na Avenida Olinda, no bairro de Tambaú, na cidade de João Pessoa, os órgãos de repressão apreenderam um acervo de documentos, arquivados por seu líder, Eduardo Ferreira Lima, conhecido como Batata. Rodrigues informa: “Nele se reuniam documentos variados, informações detalhadas como locais, pautas e atas das reuniões, nomes de militantes e simpatizantes, rol de colaborações financeiras, organograma do partido, discriminação das tarefas a serem cumpridas e respectivos executantes” (RODRIGUES, 2000:290).

A partir daí, foram sendo identificados e presos os membros da Organização, que também passaram a prestar informações sobre os demais. Diz Rodrigues, “As confissões dos acusados foram conseguidas pelo uso de intimidações e torturas, como era habitual” (RODRIGUES, 2000:293). Alguns conseguiram fugir e caíram na clandestinidade, como foi o caso de José Emilson Ribeiro e Eduardo Ferreira Lima, que fugiram para o Recife e de Newton Veloso Pimentel, o *Pistola*, que fugiu para o Chile.

Os integrantes do PCBR na Paraíba responderam inquéritos na Polícia Federal, onde foram acusados de várias atividades consideradas subversivas. Com a conclusão do Inquérito, alguns foram absolvidos e outros condenados a variados anos de prisão, pela Justiça Militar:

Resolve o Conselho Permanente de Justiça do Exército, da Auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar, por maioria de votos julgar PROCEDENTE EM PARTE a denúncia de fls. 2 all para ABSOLVER por unanimidade de votos aos acusados ERIC JENNER ROSAS, EDUARDO JORGE MARTINS ALVES SOBRINHO e FRANCISCO DE PAULA BARRETO FILHO e por maioria de votos, o acusado JOSÉ MARIA GOMES DA SILVA, e condenar, por unanimidade de votos, os acusados RÔMULO DE ARAÚJO LIMA, a pena de 1 (um) de detenção, como incurso nas penas do art. 39,§ único do Decreto-Lei 510/69; ERALDO FERNANDES DOS SANTOS, as penas de 2 (dois) anos de reclusão, como incurso nas penas do art. 37 e de 1 (um) ano e 4 (quarto) meses de reclusão, como incurso nas penas do art. 25 c/c 42, tudo do Decreto-Lei 510/69; EDUARDO FERREIRA LIMA, as penas de 2 (dois) anos de reclusão, com incurso nas penas do art. 37, de 1 (um) ano e 4 (quatro) meses de reclusão, como incurso nas penas do art. 25 c/c 42, de 1 (um) [ilegível] art. 40 e de 1 (um) de [ilegível] do Decreto-Lei 510/69; JOSÉ EMILSON RIBEIRO DA SILVA, as penas de 2 (dois) anos de reclusão, como incurso nas penas do art. 37, de 1 (um) ano e 4 (quatro) meses de

reclusão, como incurso nas penas do art. 25 c/c art. 42 e de ano de reclusão, como incurso nas penas do art. 40, todo do Decreto-Lei 510/69; NEWTON VELOSO PIMENTEL, a pena de 2 (dois) de reclusão, como incurso nas penas do art. 37, do Decreto-Lei 510/69; RONALDO DUTRA MACHADO, a pena de 2 (dois) anos de reclusão, como incurso nas penas do art. 37, do Decreto-Lei 510/69; JULIANO HOMEM DE SIQUEIR, a pena de 3 (três) anos de reclusão, como incurso nas penas do art. 37, do Decreto-Lei 510/69; ANTONIO SOARES DE LIMA FILHO, a pena de 6 (seis) meses de detenção, por desclassificação do art. 39, § único para o art. 38, II, do Decreto-Lei 314/67; MARCOS GUILHERME DE MIRANDO BATISTA, a pena de 2 (dois) anos de reclusão, como incurso nas penas do art. 37, do Decreto-Lei 510/69; ADAUTO TRIGUEIRO BEZERRA, as penas de 2 (dois) anos de reclusão, como incurso nas penas do art. 37, do Decreto-Lei 510/69, de 1 (um) ano e 4 (quatro) meses de reclusão, como incurso nas penas do art. 25 c/c art. 42, do Decreto-Lei 510/69; ALBERTO MAGNO GONDIM DE VASCONCELOS, as penas de 2 (dois) anos de reclusão, como incurso no art. 37, de 1 (um) ano e 4 (quatro) meses de reclusão, como incurso no art. 25 c/c art. 42, de 1 (um) ano de reclusão, como incurso no art. 40, todo do Decreto-Lei 510/69 e 6 (seis) meses de detenção, como incurso no art. 38, II, do Decreto-Lei 314/67; SEVERINO GOMES DA SILVA, a pena de 6 (seis) meses, como incurso nas penas do art. 38, II, do Decreto-Lei 314/67; MÁRIO ALVES, as penas de 2 (dois) anos de reclusão, como incurso nas penas do art. 37, e de 4 (quatro) anos de reclusão, como incurso nas penas do art. 21, todo do Decreto-Lei 510/69, e por maioria de votos a JOÃO BALTAR, a pena de 2 (dois) anos de reclusão, como incurso nas penas do art. 37, do Decreto-Lei 510/69.

Lance-se o nome dos acusados no rol de culpados.

Expeça-se contra os condenados o competente mandado de prisão.

Sala das Sessões do Conselho Permanente de Justiça do Exército, Auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar, Recife, vinte e seis de janeiro de mil novecentos e setenta (INQUÉRITO:679-680).

Quanto aos militantes de Catolé do Rocha, todos foram presos no dia 22 de outubro de 1969, mas como a maioria deles era menor de idade, apenas três ficaram presos e responderam processo, sendo condenados.

Preso o grupo de estudantes surpreendido uma a uma em distintos pontos da cidade, entregues os menores aos pais, por inimputáveis e imunes por isso à abertura de qualquer processo nos termos da legislação penal, inicia-se na cidade de João Pessoa o Inquérito Policial Militar – IPM. As forças federais da repressão se encarregam da fase de coleta preliminar de provas apenas contra Ariosvaldo da Silva Diniz (Ari), Ubiratan Cortez Costa (Bira) e Francisco Alves Dantas (Cacheado). Concluído o IPM, é encaminhando à Auditoria Militar da 5ª Região, órgão da Justiça Militar competente para processar e julgar os chamados crimes contra a segurança nacional (FERNANDES, 2013:295).

A denúncia dos procuradores foi formulada nos seguintes termos:

[...] Durante as férias, em julho do ano de 1969, os acusado Francisco Alves Dantas, “Cacheado”, Ariosvaldo da Silva Diniz, “Ari”, e Ubiratan Cortez Costa, “Bira”, combinaram uma caçada no Morro do Capim Açú, no Catolé do Rocha, na Paraíba, onde conseguiram reunir vários companheiros e ali permaneceram durante cinco dias caçando. Mas, o móvel principal da empreitada, como vieram a compreender os participantes e conforme ficou depois apurado, tinha por finalidade um movimento subversivo, inclusive guerrilha. [...] que em verdade, constituía um programa de

subversão, a que eles próprios denominaram MR3-Movimento Subversivo nº 3<sup>6</sup> – que visava atentar contra a Ordem Pública e o Regime [...] realizaram “desapropriações”, ou sejam, furtos de mimeógrafo, máquina de escrever, papel para panfletos e um fuzil privativo das Forças Armadas [...].

[...] de posse desses objetos, passaram [...] à prática de atos anti-sociais, procurando aliciar pessoas para subversão, com incitação contra a Ordem Pública, à desobediência às Leis, inclusive com treinamento de guerrilha. Incitavam à luta pela violência, provocando a desunião das classes sociais daquela localidade, mantendo, além disso, sob sua guarda arma de fogo privativa das Forças Armadas. Os livros de Guevara encontrados e apreendidos em poder dos acusados juntamente com duas máquinas de escrever, um mimeógrafo, dicionários, um fuzil modelo nacional, tipo 1908 e um revólver Taurus, cal. 38, serviam de orientação para o desenvolvimento do plano criminoso, onde os assuntos eram guerrilha, assalto ao Governo, movimento de Cuba, luta social [...](FERNANDES, 2013:296-97)).

Os três acusados foram condenados a um ano de prisão, cumprida no Presídio do Roger, em João Pessoa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta armada no Brasil acontece no contexto internacional onde ela foi amplamente utilizada com forma de luta para se chegar a construção da sociedade socialista. Era um momento da vitória a Revolução Cubana, da guerra do Vietnã, entre outros movimentos de sucesso no campo da esquerda que optaram por esta forma de luta. No Brasil, será que ela foi uma forma de luta correta? Ela contribuiu de alguma forma para o fim da ditadura militar instalada em 1964 e para a reconstrução de um regime democrático? Ou gerou um processo dialético para justificativa da repressão por parte de setores do regime, que afirmavam a necessidade de mais repressão para combater os grupos armados os quais, por sua vez, defendiam a necessidade de ações armadas já que com o endurecimento do regime não era mais possível lutar por vias institucionais e manifestações públicas?

Segundo Carlos Fico (2004), com o relativo distanciamento do tempo do golpe-civil militar no Brasil velhos mitos e estereótipos estão sendo quebrados, devido à pesquisa histórica factual de perfil profissional, e a um “desprendimento político” que permite que tabus e ícones da esquerda sejam contestados sem que tais críticas sejam classificadas de “reacionárias”. Assim, segundo o referido autor, determinadas temáticas começam a ser abordadas, entre elas, o ‘deslocamento de sentido’, operado

---

<sup>6</sup> O chamado MR-3, foi um grupo de três militantes, integrantes do grupo geral, mas que impacientes por ação, realizaram por conta própria o “furto” de mimeógrafos, entre outras pequenas ações. Era formado por José Otávio Maia (Zezito), Francisco Alves Dantas (Cacheado) e Rogério Ribeiro Sá (Zeinha).

sobretudo após a Campanha da Anistia, relativo às esquerdas revolucionárias que foram para a luta armada, outrora apresentadas como integrantes da resistência democrática.<sup>7</sup>

Esta memória que vê a esquerdas revolucionárias que foram a luta armada como parte da resistência democrática ao regime e criticada pelo historiador Daniel Aarão Reis Filho, que considera que as organizações comunistas eram uma “contra-elite, alternativa, que parte para o assalto do poder político”. Para autor, esta memória:

[...] apresentou as esquerdas revolucionárias como integrantes da resistência democrática, uma espécie de braço armado dessa resistência. Apagou-se assim, a perspectiva ofensiva, revolucionária, que havia moldado aquelas esquerdas. E o fato de que elas não eram de modo nenhum apaixonadas pela democracia, francamente desprezada em seus textos (REIS, 2005:70).

Na verdade, pode-se afirmar, com certa segurança, que a esquerda revolucionária não lutava para retornar à democracia existente antes do golpe, durante o governo de João Goulart, tampouco o objetivo era instaurar uma democracia nos moldes da que foi instalada com o fim da ditadura militar. O objetivo era a construção de uma sociedade socialista, conforme podemos ver neste texto da principal liderança da esquerda revolucionária, Carlos Marighella, intitulado “As perspectivas da revolução brasileira”, citado por Ridenti (2007:39):

A primeira é que todos os grupos revolucionários estão a lutar, não para substituir os militares por um poder civil ou por outro poder burguês-latifundiário. Todos os grupos revolucionários lutam pelo derrube da ditadura militar e pela mudança do regime. Todos querem que a atual estrutura de classe da sociedade brasileira seja transformada e que o aparelho burocrático-militar do Estado seja destruído, para no seu lugar ser colocado o povo armado. A segunda é que os grupos revolucionários querem expulsar do país os norte-americanos.

Nos momentos que antecederam o golpe civil-militar no Brasil, em 1964, o Estado da Paraíba vivia um momento de grande efervescência política e social; com um governo que apesar de aliado às forças conservadoras do Estado tinha práticas próximas ao ideário trabalhista, desenvolvido em nível nacional pelo governo de João Goulart, com vários setores da sociedade civil bastantes mobilizados, e principalmente com um movimento camponês, expresso através das Ligas, com capacidade de mobilização e de

---

<sup>7</sup> As outras temáticas indicadas por Fico (2004) seriam: o pequeno apreço dos principais atores históricos do período do golpe de 64 pela democracia, inclusive a esquerda; o perfil vacilante e o possível golpismo de João Goulart, diferentemente do mito do presidente reformista vitimado pelos reacionários. Também os clichês sobre o golpe de 64, os militares e o regime vão sendo deixados de lado, como a ideia de que só após 1968 houve tortura e censura; a suposição de que os oficiais-generais não tinham responsabilidade pela tortura e o assassinato político; a impressão de que as diversas instâncias da repressão formavam um todo homogêneo e articulado; a classificação simplista dos militares em “duros” ou “moderados” etc.

confronto com os grandes proprietários rurais. No entanto esse governo capitulou e aderiu ao golpe civil-militar e a repressão se abateu de forma bastante dura, sobre vários setores da sociedade civil.

Posteriormente, houve uma reorganização da oposição ao regime militar, principalmente entre os jovens, através do movimento estudantil, que foi bastante combativo, entre os anos de 1966 e 1968. Deste segmento saíram os grupos que aderiram a luta armada.

Na Paraíba, como vimos, não houve propriamente luta armada, mas um grupo de jovens com muita disposição para a luta tentou se organizar. Com esse objetivo, fez algumas ações, um pouco desajeitadas, é verdade, mas com o objetivo de construir uma sociedade que eles consideravam mais justa e igualitária, e lutaram contra o regime militar. Muitos pagaram caro por isso, com prisões, torturas e cumprimento de penas.

#### REFERÊNCIAS

- COSTA, Ubiratan Cortez. “Combatentes da liberdade: movimento revolucionário estudantil – Catolé do Rocha”. In. MELO, Ana Lúcia Gomes de et all. *Catolé do Rocha em muitas lentes*. João Pessoa: Gráfica JB , 2013.
- FERNANDES, José Tarcísio. “Serra do Capim Açú, a guerrilha em preparação”. In. MELO, Ana Lúcia Gomes de et all. *Catolé do Rocha em muitas lentes*. João Pessoa: Gráfica JB , 2013.
- FICO, Carlos. **Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, vol 24, N. 47, 2004, p. 29-60.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas: A Esquerda Brasileira, das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987.
- INQUÉRITO da Polícia Federal, p. 679-680. In. Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.
- IPM 862, p. 11. In. Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.
- PORFÍRIO, Waldir. **Ação do PCBR na Paraíba**. Mimeog. João Pessoa: 2013,
- REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. (Descobrimo o Brasil).
- RIDENTI, Marcelo. “Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970” In FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. **Revolução e democracia** (1964 ...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, (As esquerdas no Brasil, Vol. 3).
- RODRIGUES, Cláudio José Lopes. **Alienados e Subversivos. A Aventura Estudantil (1950-1999)**. João Pessoa: Idéia, 2000.
- SOARES, José Lima. “História, cultura e memória: resistência e luta do movimento estudantil em Catolé do Rocha (1968-1971)”. In. MELO, Ana Lúcia Gomes de et all. *Catolé do Rocha em muitas lentes*. João Pessoa: Gráfica JB , 2013.



# XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS

27 A 31 DE JULHO DE 2015

FLORIANÓPOLIS - SC